

CURRÍCULO PERNAMBUCANO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA DURANTE A PANDEMIA

Marcela Eduarda da Silva¹
Yngrid Larissa Sales Fernandes²

RESUMO

O novo coronavírus tem afetado significativamente a educação brasileira. As mudanças e adaptações necessárias no ambiente escolar, incluindo o currículo e as metodologias para garantia do ensino aos estudantes, se tornaram um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais da educação, principalmente os professores. O ensino de língua portuguesa em sua completude, assim como as demais disciplinas, foram comprometidas e as adequações curriculares se tornaram essenciais no período pandêmico. Dessa forma, este artigo objetiva identificar, analisar e discutir as adaptações curriculares e metodológicas necessárias para o ensino desse componente curricular e de que forma esta disciplina é tratada pelo Currículo Pernambucano. Para alcançar esse objetivo, fez-se necessária uma pesquisa documental em torno da concepção de Currículo, do Currículo Pernambucano e da disciplina de língua portuguesa nesses documentos e a realização de uma entrevista semiestruturada com uma professora da Rede Municipal do Cabo de Santo Agostinho, PE. Assim, se tornou possível identificar a pandemia do novo coronavírus como um grande dificultador no ensino de língua portuguesa e compreender que as adaptações curriculares realizadas pelos professores e a dinâmica das aulas on-line foram determinantes para a garantia da continuidade do ensino regular e dos conteúdos programáticos previstos.

Palavras-chave: Currículo, Currículo de Pernambuco, Língua portuguesa, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia do SARS-CoV-2 (o novo coronavírus) trouxe gigantescas transformações em todo o mundo, modificou rotinas, alterou o cotidiano de milhares de pessoas, acarretou dificuldades e incertezas, porém também abriu-se oportunidades de aprendizados e inovações nas diversas áreas do conhecimento, inclui-se as instituições de ensino. Ao se falar na educação, é indissociável a figura do educador, profissionais esses que estão sempre buscando didáticas e métodos que auxiliem os estudantes na compreensão dos assuntos abordados. Na disciplina de língua portuguesa, por exemplo, o período pandêmico causou a necessidade de adaptação das estratégias didáticas e metodológicas, pois o ensino remoto converteu-se na principal forma de garantir o acesso à educação básica para milhares de estudantes em todo o país.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marcela.eduarda@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, yngrid.sales@ufpe.br;



O reconhecimento desse componente curricular enquanto potente instrumento de comunicação, conhecimento e pertencimento, e os possíveis impactos da pandemia em seu ensino, se tornou o principal motivador desta pesquisa. Em que objetivamos identificar de que modo foram realizadas as adaptações curriculares para o ensino de língua portuguesa neste período de isolamento social, quais foram as maiores dificuldades enfrentadas, e também os aprendizados que puderam ser efetivados ao longo do processo de ensino-aprendizagem na modalidade remota.

Para o desenvolvimento desta pesquisa de natureza básica, utilizamos a abordagem qualitativa, que de acordo com Silveira e Córdova (2009, p.31), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Viabilizando, portanto, a compreensão sobre a temática e produzindo informações aprofundadas mediante coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada.

A partir disso, optamos por uma pesquisa de caráter descritivo, visando investigar as adaptações curriculares necessárias durante a pandemia Gil (2017). Quanto aos seus procedimentos, uma pesquisa documental em conjunto com uma entrevista, compreendendo e fundamentando as estratégias didáticas utilizadas por uma professora da Rede Municipal do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, em meio a pandemia do novo coronavírus.

Através dos dados coletados, foi possível identificar e discutir sobre o currículo pernambucano e a necessidade de conduzi-lo adaptadamente, visando suprir as necessidades dos estudantes e garantir sua aplicabilidade. Dessa forma, fatores como a compreensão da organização do currículo pernambucano, bem como a forma de tratamento da disciplina de língua portuguesa nesse documento foram essenciais para a condução da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO E A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Para compreender as adaptações curriculares realizadas pelos docentes, neste contexto pandêmico, é necessário compreender a relação entre o currículo e a trajetória desse componente curricular no Brasil. Segundo (SACRISTÁN, 1998), o currículo é moldado conforme o nosso momento histórico e cultural, ou seja, a sociedade está intrinsecamente relacionada com o currículo, influenciando na prática de ensino docente ao longo dos anos.



Apesar de a sua origem histórica estar estritamente relacionada a imposição e inflexibilidade, o currículo atual tem uma importante função social e política, adaptado à realidade e características de cada unidade de ensino.

Seus conteúdos e habilidades permanecem orientando os docentes, e além disso, objetiva impulsionar o aprendizado dos estudantes, dando a gestão e a equipe escolar um rumo para o desenvolvimento pedagógico adequado, sem a reprodução de desigualdades sociais e educacionais, considerando as condições socioeconômicas dos estudantes e a cultura na qual estão inseridos, assim como destacam (MOREIRA E CANDAU, 2007).

Sendo assim, o currículo nesta perspectiva teórica, é construído pensando nas diferenças, aberto à multiculturalidade das pessoas, e adaptável a realização de modificações a fim de suprir as necessidades educativas e culturais dos educandos e dos educadores, pois além de definir os conceitos e habilidades, visando não reproduzir desigualdades, sua construção deve ser realizada em conjunto com toda a equipe pedagógica, permitindo o debate sobre injustiças, manifestações de discriminação, preconceito e problemáticas sociais decorrentes de um sistema socioeconômico.

Partindo dessa reflexão, é possível compreender a construção da disciplina de língua portuguesa enquanto um componente curricular obrigatório que acompanhou as transformações do nosso país, iniciando tardiamente devido à construção histórica, social e cultural brasileira, assim como afirma (SOARES, 2002). A ruptura com a educação jesuítica no ano 1759, decorrente das reformas pombalinas, marcam a mudança nas estruturas sociais e de ensino, ao tornar a língua portuguesa obrigatória, grande parte dos indígenas que aqui habitavam foram impedidos de se comunicarem em sua língua nativa, resultando na perda da história, origem, língua e cultura dos povos originários.

Com o fim do ensino jesuítico, o latim perde força tanto no meio social quanto escolar, mas somente entre as décadas de 50 e 60 do século XX, marcadas pela luta das camadas populares pela democratização do acesso ao ensino, antes exclusivo para a elite da sociedade, é que o ensino de língua portuguesa passa a se articular como um componente curricular.

Segundo Soares (2002) na década de 70, durante a ditadura militar, o ensino deixou de ser focado na gramática para ter um enfoque na comunicação, assumindo assim um papel utilitário. Ao fim desse período ditatorial o ensino de língua portuguesa baseado apenas na gramática e comunicação se tornou insuficiente para a formação dos novos educandos, com um perfil não mais homogêneo, apresentando ao docente um desafio de trabalhar com os diferentes dialetos e signos de uma língua construída por uma sociedade multicultural.



Na atualidade, o ensino desse componente curricular em escolas públicas de Pernambuco vem sendo realizado por um trabalho sistemático dos eixos de oralidade, leitura, produção textual e análise linguística, desenvolvendo a reflexão e criticidade dos alunos ao debater sobre temas transversais presentes em suas realidades, aproximando o conteúdo gramatical da vivência dos estudantes, respeitando as variações linguística e as atualizações do vocabulário a partir da inserção das tecnologias como meio importante de comunicação.

A DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

O Currículo de Pernambuco é um documento orientador para todas as instituições de ensino básico do estado, sendo uma base para a construção dos currículos municipais, propostas pedagógicas e do projeto político pedagógico. A sua organização e estruturação foi realizada pelo debate e seminários com gestores, professores, universidades e comunidade escolar em geral, trazendo habilidades propostas pela BNCC (2017), Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013).

Construído de forma plural buscando valorizar as especificidades de seus educandos, o Currículo de Pernambuco garante aos estudantes uma educação que amplie suas possibilidades de desenvolvimento, permitindo uma formação cidadã de alunos que reconheçam seus direitos civis e sejam críticos nas tomadas de decisões (SACRISTÁN, 2013). A disciplina de língua portuguesa nesse currículo é apresentada em sua visão sociopolítica e linguística, alinhada aos estudos de (SOARES, 1998), aplicando uma visão interacionista e sociodiscursiva de linguagem. O ensino pautado nesse discurso, apresenta a disciplina para os estudantes a partir da utilização dos gêneros discursivos, resgatando seus conhecimentos prévios e valorizando a variedade linguística, pois compreende os signos como variáveis a depender das situações e do contexto cultural e histórico.

A organização deste componente, na grade curricular pernambucana, estrutura-se em 4 eixos de ensino: leitura, produção de texto (oral e escrito), oralidade e análise linguística/semiótica, distribuídos em cinco campos de atuação: campo da vida cotidiana, campo de atuação na vida pública, campo jornalístico-midiático, campo das práticas de estudo e pesquisa e campo artístico-literário, tendo por finalidade fomentar a construção da língua como interação através de um ensino que não se baseia apenas nas normas gramaticais ou no código linguístico, mas sim, na construção de sentido aos textos e gênero selecionado pelos

docentes, relacionando a atuação social com a leitura, nessa concepção os alunos se percebem enquanto sujeitos sociais através dos estudos de língua e linguagem (PERNAMBUCO, 2019).

Para isso, o trabalho de leitura, produção textual e análise linguística é centralizado na interação entre a língua e os gêneros textuais; desenvolvendo uma aprendizagem significativa com textos que os alunos interagem constantemente. A aplicação dessa prática de ensino deve ser realizada por meio de atividades lúdicas em sala de aula e a utilização de metodologias diversificadas é proposta como orientação aos docentes buscando diminuir as barreiras de aprendizagem dos alunos, assim como é orientado no Currículo de Pernambuco.

A PRÁTICA DOCENTE NA PANDEMIA

A pandemia da SARS-CoV-2 assolou o Brasil e o mundo, com início dos primeiros casos ainda em 2019 ela perdura até os dias atuais, afetando não somente nosso sistema político, econômico e financeiro, mas também a nossa educação e nossos alunos. Ao início dos primeiros registros desse vírus em solo brasileiro, as escolas, universidades e todas as unidades de ensino do país suspenderam suas atividades, e sobreviver a esse caos se tornou a prioridade de todos.

A portaria nº 345, de 19 de março de 2020, permitiu, em caráter excepcional, a substituição das atividades presenciais por um ensino remoto emergencial, inicialmente adotado por escolas privadas e posteriormente por instituições públicas, em concordância com as recomendações do ministério da Educação e UNESCO (2020), indicando a utilização de todas as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), disponíveis para manter o aprendizado no ensino remoto. A nova conjuntura social definiu novos paradigmas e desafios para a educação brasileira. Onde mesmo alguns professores estando familiarizados com ferramentas tecnológicas, todo o contexto de pânico gerado pela circulação do vírus prejudicou imensamente a adaptação dos docentes a essa nova modalidade de ensino emergencial. Essa mudança brusca, juntamente com a inserção das TICs em suas aulas, demandou muito tempo e esforço a todos os profissionais da educação.

Exigindo das instituições escolares imediatas adaptações de um Currículo até então idealizado para aulas presenciais e adequações no planejamento docente e nas metodologias de ensino, para atender às necessidades dos alunos nas aulas remotas, assim, a sala de aula presencial deu lugar a grupos de *WhatsApp*, encontros no *Google meet*, apostilas impressas e programas educacionais na TV aberta. Porém, a improvisação, falta de formação e equipamentos, foi uma realidade não só dos professores, mas também dos alunos.



Ao pensar em currículo em tempos de pandemia é preciso se atentar ao fato de que, mesmo em um momento de calamidade pública, a formação crítica e cidadã dos estudantes não deve ser deixada de lado, a priorização das disciplinas de língua portuguesa e matemática são importantes para formação intelectual e social dos alunos, mas a predileção a essas disciplinas transforma esse Currículo em mais um documento reprodutor de desigualdades formulado pela classe dominante. Um exemplo é a proposta de reorganização curricular organizada pela Secretaria de Educação e Esportes do estado de Pernambuco:

Diante do tempo menor para se vivenciar em sala de aula todas as habilidades de todos os componentes curriculares, a proposta é que se priorize habilidades de Língua Portuguesa e de Matemática, considerando que a aprendizagem dessas habilidades prioritárias permite auxiliar no desenvolvimento de habilidades que o professor julgar necessário dos demais componentes curriculares. Nesse sentido, a proposta é que, após o professor selecionar tais habilidades, planeje sequências didáticas em Língua Portuguesa e Matemática que permitam o diálogo com os demais componentes numa perspectiva interdisciplinar (PERNAMBUCO, 2020, p. 4).

A reflexão sobre as demandas desse currículo organizado em tempos de isolamento social é fundamental, os estudantes e todos aqueles que compõem as unidades de ensino estão vivendo e sobrevivendo a este momento, percebendo em sua realidade o quanto vivem em um país desigual que “em vez da idade, a classe social passa a definir quem morre de covid no país” (VESPA, 2020, s/p), essa disparidade também é encontrada no âmbito educacional. Devido a isso, as demandas e reorganizações curriculares precisam focar não apenas na aprendizagem mínima para aprovação, e sim na preparação integral dos indivíduos para exercerem seus deveres e lutarem por seus direitos.

Assim como afirmam Saboia; Barbosa (2021), os documentos de reorganização curricular e outras diretrizes curriculares estão focando em desenvolver o mínimo dos estudantes, e o Estado pouco suporte disponibilizou aos educandos e educadores. De tal modo, é importante ressaltar que a pandemia exigiu dos docentes um trabalho incessante e exaustivo, sendo dever do Estado e dos Órgãos Governamentais garantir qualidade e formação adequada desses profissionais, como também garantir acesso e permanência aos alunos, para que as atividades propostas nesse contexto social não sejam maçantes, tradicionais, com carga horária excessiva e excludentes.

No que compete ao ensino de língua portuguesa, sabendo que presencialmente os alunos já possuíam dificuldades em compreender os conteúdos ministrados, em tempos de isolamento social o ensino dessa disciplina apresentou aos professores um desafio e empenho ainda maior. Visto que, para compreender os diferentes usos da linguagem, os estudantes precisam de um processo pedagógico que oportunize o envolvimento e diálogo com diferentes situações de



escrita, leitura e atividades necessárias para compreender os diferentes usos sociais. Conforme o documento de reorganização curricular, o ensino deve acontecer trabalhando os eixos de leitura, oralidade, produção textual e análise linguística simultaneamente, assim como já apresentado no documento oficial de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

REALIDADE PANDÊMICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O domínio da linguagem tem uma relação profunda com a prática social e cidadã dos indivíduos, apesar de o letramento estar intrínseco no meio social, a alfabetização e o letramento fornecem aos estudantes aprendizagens, trocas de experiências, ampliação do conhecimento de mundo, exercícios de cidadania e inclusão.

Diante da importância desse componente curricular, buscamos através da prática educativa de uma professora do 4º ano da rede pública municipal, compreender como se deu a sua prática docente e as adaptações curriculares no ensino de língua portuguesa. Ao ser questionada sobre a importância dessa disciplina na formação de seus alunos, a educadora apresentou a compreensão da linguagem enquanto meio de comunicação, socialização e interação, refletida na prática pedagógica e nas avaliações educacionais dos estudantes, indo ao encontro do posto nas diretrizes curriculares, pois, o ensino da língua materna não deve ser restringido a memorização e reprodução da gramática normativa, a linguagem deve ser compreendida e contextualizada com a vida dos estudantes (PERNAMBUCO, 2019). O valor educacional do ensino de linguagem posto no documento curricular do estado é reconhecido pela docente, principalmente no atual contexto de pandemia.

Os principais desafios encontrados pela educadora foram o uso adequado da tecnologia, a organização do planejamento e dos métodos avaliativos. Mesmo tendo acesso a uma orientação sobre como utilizar os recursos tecnológicos enquanto ferramentas de aprendizagem, a docente afirma que de certo modo se sentiu perdida de início, e ao decorrer de nossa conversa, relatou sobre as trocas entre os próprios professores a fim de oferecer o melhor para todos os alunos.

O planejamento docente, com as habilidades prioritárias, é um dos meios de garantir os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes. Sendo o ato de planejar uma das atividades mais importantes, visando desenvolver atividades, aulas, recursos acessíveis e inclusivos a todos os alunos, a educadora precisou realizar uma adequação do planejamento às necessidades

dos educandos na pandemia, demandando de uma atuação humanizada e maior horário de trabalho.

Além dos pontos já analisados, é possível destacar os métodos avaliativos escolhidos, visto que a avaliação não se restringe apenas em acompanhar o progresso e as aprendizagens, o professor deve readequar o seu planejamento a partir dos resultados. No que tange a entrevistada, a mesma busca desenvolver um método avaliativo diagnóstico, contínuo e progressivo, aspirando um melhor acompanhamento do progresso dos estudantes. Durante o ensino remoto, a educadora recorreu ao *WhatsApp* e *Google Meet* para manter o contato humanizado com os alunos e dar suporte no apoio aos familiares, que trabalhavam em conjunto nesse processo educativo.

Um ponto a ser debatido para que a educação, de fato, seja significativa e efetiva, é o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para ser e estar em sociedade, elementos necessários para uma leitura de mundo. Para isso, o ensino de língua portuguesa deve possibilitar a reflexão e problematização sobre questões sociais. Ao ser questionada sobre essa prática em suas aulas, a entrevistada respondeu do seguinte modo: “*Sim, debati muito com meus alunos sobre problemas sociais, penso que não só eu, mas outros professores também, principalmente agora nesse momento que estamos vivendo*” (Entrevistada, 2021). Apresentar aos estudantes, a riqueza de sua cultura e identidade, a necessidade de debater sobre racismo, preconceitos, desigualdades, é, sem dúvidas, a oportunizar conhecimento para reivindicar direitos que lhes são negados.

No retorno às aulas presenciais, a entrevistada afirma que as adaptações escolares e de ensino não foram fáceis, mas que se situaram e se situam no campo das possibilidades, onde nem tudo o que fora planejado conseguiu ser alcançado no ensino remoto emergencial: “*Agora estamos correndo contra o tempo para alfabetizar as crianças que estão com muita dificuldade, principalmente as que não participam das aulas remotas*” (Entrevistada, 2021). Os impactos da pandemia na educação são sentidos agora e estarão afetando o desempenho escolar ao longo dos próximos anos.

Dito isto, mesmo a docente conseguindo concluir sua prática com êxito na pandemia, é necessário refletir sobre a falta de infraestrutura e mobilização do Ministério da Educação no apoio às gestões escolares, professores e discentes, assim como afirmam Ferreira; Ferreira; Zen (2022), as políticas públicas educacionais se tornaram insuficientes na promoção de uma formação continuada e investimentos no acesso democrático ao ensino e permanência nas instituições públicas, essas reflexões são essenciais para se pensar em propostas educacionais que diminuam as desigualdades ocasionadas por esse vírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pandêmico foi cercado de desafios, principalmente para os professores, que precisaram se desdobrar e se reinventar para garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes, e pode ter sido o primeiro contato de muitos profissionais com as tecnologias de ensino. A partir dos dados analisados é possível confrontar o panorama educacional vivido por esses profissionais que, apesar dos problemas sociais e emocionais ocasionados pela pandemia, também tiveram que enfrentar desafios relacionados ao planejamento das aulas, métodos avaliativos e sua formação para lidar com o novo espaço de sala de aula, agora, não mais presenciais.

Além da falta de capacitação e dificuldades no planejamento, os professores também enfrentaram desafios com o Currículo Pernambucano, no qual durante o período pandêmico foi adaptado, explicitando os conteúdos prioritários a serem abordados, porém sem instruir os docentes de como fazê-los utilizando as temidas tecnologias de ensino. Mais uma vez os professores tiveram que se adaptar: o uso de jogos e plataformas online, livros, vídeo aulas, dentre outras tecnologias de ensino, foi a saída para um “desastre educacional”, pois mesmo com as diversas dificuldades, foi possível proporcionar momentos de aprendizagem e saber.

As aulas remotas e o uso de tecnologias expandiram a desigualdade educacional no país, já que esse formato não é acessível a grande parcela da população brasileira. Essa barreira no acesso, resultou na evasão escolar e um planejamento dos professores em que se utilizasse das redes sociais, vídeo-aulas, materiais impressos e uma avaliação processual por meio das diferentes ferramentas educativas, para oferecer aos educando oportunidades de experienciar e desenvolver os diferentes eixos do ensino de língua portuguesa, utilizando os recursos disponíveis para que os estudantes incluídos nesse processo remoto, pudessem aprimorar o senso crítico, atribuindo significado e contexto os conteúdos trabalhados.

Deste modo, esta pesquisa se torna um importante alicerce para refletir sobre a importância das adaptações curriculares para possibilitar um retorno presencial estruturado, pensado em conjunto com os órgãos públicos, o corpo docente e a comunidade escolar. Visando que as habilidades e competências prejudicadas durante o período pandêmico possam ser retomadas e os novos desafios ocasionados pelo retorno presencial possam ser superados.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, L. G.; GRACIA FERREIRA, L.; ZEN, G. C. Alfabetização em tempos de pandemia: perspectivas para o ensino da língua materna. **fólio - Revista de Letras**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2021. DOI: 10.22481/folio.v12i2.7453. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/7453>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**. Ensino Fundamental. Recife: A Secretaria, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Reorganização curricular**. Recife: A Secretaria, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/upload/galeria/21557/REORGANIZA%C3%87%C3%83O%20CURRICULAR%20-%20ARQUIVO%20COMPLETO.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2022.

SABOIA, V. S. M.; BARBOSA, R. P. Pandemias reais, currículo, gestão escolar e nós. E agora?. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4545>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que são conteúdos de ensino? *In*: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ GÓMEZ, Ángel. **Comprender e transformar o ensino**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOARES, Magda. Português na escola – História de uma disciplina curricular. *In*: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

VESPA, Talyta. Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país. **UOL**, São Paulo, 6 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>. Acesso em: 3 jun. 2022.